



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kietse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

RESOLUÇÃO Nº 022/97

Súmula: Transforma cargos da simbologia G, da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências.

Data: 25 de março de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam transformados em símbolos GP1 e GP5, os cargos em Comissão, simbologia G, existentes nos Gabinetes Parlamentares e Lideranças.

Art. 2º. A remuneração mensal dos cargos de provimento em comissão de simbologia GP1 a GP5 será fixada através de Ato da Mesa Executiva, conforme determina o § 1º, do art. 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de Abril de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 31.03.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1997

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Accorsi e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 114/97 relativo à Mensagem nº 003/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 115/97 relativo à Mensagem nº 004/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 116/97 relativo à Mensagem nº 005/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 117/97 relativo à Mensagem nº 006/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 118/97 relativo à Mensagem nº 007/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 119/97 relativo à Mensagem nº 008/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 390/96 item 03 da Ordem do Dia, REQUER, ainda o Arquivamento do mesmo.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) SERGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jorge Baggio, ocorrido dia 25 de março nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.03.1997.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 80 anos faleceu, nesta Capital no últi-

mo dia 25 de março, o Senhor Jorge Baggio, que pertencia a tradicional família paranaense.

O extinto deixou viúva Dona Isolda e os filhos: Eduardo Ferreira Baggio, ex- Deputado Estadual, Gilberto e Jorge Baggio Filho. Deixou também netos e bisnetos.

Jorge Baggio era empresário, agricultor e pecuarista. Foi um dos desbravadores do Norte do Paraná.

O passamento de Jorge Baggio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Jorge Baggio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Jorge Baggio, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo e sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à família abatida. Senhor, abençoe a família de Jorge Baggio para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que ele fez merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Jorge sob sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Baggio, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Palmas pela passagem, no próximo dia 14 de abril, do seu 118º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Ivo Antonio Dalla Costa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Senhor Miraldo de Carli, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Palmas, estará comemorando no dia 14 de abril próximo, seus 118 anos de emancipação política.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população palmense que ao longo desses 118 anos vem lutando e trabalhando dia após dia para que o Município continue sendo um exemplo de progresso.

Parabenizamos a todos aqueles que de uma forma ou de outra prestam sua colaboração acreditando que é com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

Pois, a união de povo e administração municipal juntamente com a representação estadual é que impulsionam o progresso.

Nesta significativa, data de 14.04.97, toda população é digna do nosso reconhecimento e admiração na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão à popula-

ção palmense cumprimentando a todos no transcurso de seus 118 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações aos professores do Colégio Estadual Newton Guimarães, em especial às professoras Ângela Maria Araújo Martins e Cristina Dantas, e ao Professor Luiz Vargas Prudêncio, Diretor Geral daquela instituição de ensino de 1º e 2º Graus, de Londrina. Requer ainda seja dado ciência desta homenagem prestada por esta Casa de Leis, à Secretaria de Estado da Educação para as devidas e merecidas anotações funcionais.

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de todos os professores do Colégio Estadual Newton Guimarães, de Londrina, merece destaque e elogio. Mas em particular, queremos prestar aqui uma homenagem singela, através destes Votos de Congratulações, ao Diretor Geral Luiz Vargas Prudêncio, e às professoras Ângela Maria Araújo Martins e Cristina Dantas. Aos três, o reconhecimento pelo importante trabalho que estão fazendo. Que levou o Newton Guimarães ser escolhido entre os seis casos de Sucesso do Ensino Público do Paraná. A fórmula para chegar a repetência praticamente zero, no 1º e no 2º Graus, com evasão escolar nula, é o resgate da auto-estima e senso de organização das crianças, levando-as a acreditar em si próprias e na capacidade de acompanhar a turma, com aprovação no final do ano. Desde 1992 este projeto tem sido responsável, pelo rendimento escolar que garante a performance do Colégio Estadual Newton Guimarães, que naquela época conseguiu recuperar 30 entre 33 alunos com dificuldades. Ensino com qualidade é a marca do trabalho do atual Diretor Geral e das duas Professoras. A eles, que buscam também parcerias para ampliar o leque de opções aos estudantes, como informática e inglês, e conseguem um bom desempenho na aprovação de concursos vestibular, prestamos nossa homenagem. O sacerdócio do Magistério tem nestas figuras seus expoentes.

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Excelentíssimo Prefeito de Curitiba, Doutor Cássio Taniguchi, pelo arrojado lançamento dos vinte e dois programas de governo municipal, com destaque para os programas "Linhão de Emprego" e "Revitalização da Rua XV de Novembro".

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) JÚLIO ANDO.

JUSTIFICATIVA:

Mesmo vivendo momentos de dificuldade financeira quando muitos governos mantêm desativados os programas comunitários, o Excelentíssimo Prefeito de Curitiba, doutor Cássio Taniguchi, numa decisão arrojada promove o lançamento dos vinte e dois programas que serão realizados durante os seus quatro anos de governo.

Esses programas abrangerão todos os setores ou áreas de sua administração priorizando o aspecto social como observamos no programa Linhão de Emprego.

Importante salientar, também, o Projeto de Revitalização da Rua XV de Novembro, recuperando e criando dentro de um espaço fundamental, tanto para o povo curitibano quanto para os turistas que para lá convergem procurando um dos cartões de visita da cidade, a famosa Rua das Flores.

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados no anais da sessão de hoje, Votos de Congratulações ao Sr. Joaquim Cardoso Machado, residente em Água Clara de Cima, Município de Quitandinha, por estar completando nesta data, 90 anos de existência.

O homenageado, pessoa conceituada em toda a região, filho de tradicional família, foi durante muitos anos comerciante e lavrador em Água Clara, sempre se destacando na comunidade pelo seu espírito de liderança e de colaborador. Bastante ligado à família, teve 23 filhos, 77 netos, 94 bisnetos e 01 tataraneto. Por ser também um profundo conhecedor da vida do Município, foi importante fonte de informações para a elaboração do livro "História de Quitandinha", de autoria do ex-Prefeito e atual Vice-Prefeito Sr. João Santana.

Requer também, que do presente se dê ciência ao homenageado, por meio de correspondência a ser remetida no endereço acima.

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) ALBANOR GOMES.

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de aplausos ao Colégio Regente Feijó pela comemoração de seus 70 anos, extensivos à sua direção, professores, servidores, alunos, ex-alunos e familiares.

O Colégio Regente Feijó é um patrimônio da cidade de Ponta Grossa pelos seus serviços prestados à educação de nossas crianças e jovens há mais de sete décadas.

Nesta ocasião nos associamos às justas homenagens a todos aqueles que durante esses 70 anos contribuíram com seu trabalho, dedicação e amor para construir esse patrimônio exemplar.

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) PÉRICLES MELLO.

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ao Excelentíssimo Governador do Paraná, Dr. Jaime Lerner, expediente solicitando o envio, com Urgência, do Plano de Cargos e Salários, já elaborados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para apreciação e votação.

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorre com a Polícia Militar do Paraná a Polícia Civil do Paraná reivindica também a implantação de um Plano de Cargos e Salários, como forma de corrigir as distorções salariais existentes, readequando os salários hoje defasados justamente pela inexistência de um plano específico que estimule o trabalho e o desempenho de todas as categorias que compõem a instituição. Tal plano já existe, passou pelo crivo e aprovação de duas Secretarias de Estado, da Fazenda e da Administração, recebendo aprovação. Atualmente se encontra com a Chefe da Casa Civil do governo, nas mãos do Dr. Giovanni Gionédís, que inexplicavelmente não dá prosseguimento ao processo, ou seja, enviá-lo, através de mensagem ou projeto do Executivo, para apreciação e votação na Assembléia Legislativa. Face à insatisfação generalizada de todas as categorias da Polícia Civil do Paraná, com salários incompatíveis com a importância do trabalho que realizam e sem um estímulo de ascensão funcional, estamos encaminhando este apelo ao Governador para que atenda as aspirações dignas e justas desta instituição que diuturnamente presta serviço à população paranaense, garantindo o bem maior de cada cidadão, seu direito à vida, assegurado pelo aparelhamento de segurança pública da qual a PC faz parte. Nesta Casa de Leis tenho certeza que o Plano de Cargos e Salários será aprovado, com rápida tramitação. Que pode ser ainda mais ágil se o Executivo encaminhá-lo sob Regime de Urgência.

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Ple-

nário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Arimundo Pagno, do Município de São João - PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dada ciência à família Pagno.

Sala das Sessões, em 31.03.97

(a) NEREU MOURA.

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de São João se encontra em estado de consternação pelo passamento do Senhor Arimundo Pagno.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população, ao longo de sua existência as sementes de uma vida digna e correta. Participou ativamente das lutas da comunidade. Foi sempre um homem humilde e companheiro.

Marido e pai exemplar, deixa uma família, que certamente saberá homenageá-lo também com uma conduta espolhada nos bons exemplos herdados desse que Deus chamou para outro mundo.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Pagno, endereçando a ela, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de reiterar o pedido feito através de nosso Ofício LCM/AL/13.348/97, datado de 14/01 do corrente, referente a reparos na Rua Rio Tibagi. A situação agravou-se ainda mais, necessitando de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para reformas no Colégio Estadual João Negrão Júnior, Ensino de 1º e 2º Graus, no Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para ampliação da Escola Estadual Trajano Gracia, no Município de Iratí.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Senhor Vicente Subtil de Oliveira, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 29 de março de 1997.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Congregação Cristã do Brasil teve uma grande per-

da no dia 29 de março deste ano. Morreu em Cascavel, aos 79 anos, o ancião Vicente Subtil de Oliveira, que comandava o Ministério da Congregação há 40 anos.

Nascido em 24 de julho de 1917, em São José da Boa Vista, Paraná. Casou-se em 1945 com Ana Maria Machado, com quem teve doze filhos, sendo 7 homens e 5 mulheres.

Começou a atender a obra de Deus em 1953, como auxiliar de cooperador. Em 1957 foi ordenado para o Ministério de Anciãos.

Desde que se mudou para Cascavel ensinou o verdadeiro amor e união entre o Ministério a cerca de 4 mil membros da Congregação Cristã do Brasil, em Cascavel, que se sentem, desde às 14:30 horas do dia 29, como órfãos.

Por isso esta homenagem da Assembleia Legislativa a um homem que deixou um grande exemplo de amor, paz e união.

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o douto Plenário REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que informe:

- Qual o motivo que o levou a substituir o Delegado de Polícia do Município de Fazenda Rio Grande que há anos mora na cidade, conhece e está integrado à comunidade local e que mantinha a ordem na região, por outro que nunca esteve antes na cidade na condição de residente e por isto não conhece e nem é conhecido de ninguém na Fazenda Rio Grande que sequer é Delegado de Carreira?

- Por que até o momento o Secretário da Segurança não executou a obra da Cadeia Pública da Fazenda Rio Grande se os recursos estão assegurados no Orçamento do Estado há dois anos?

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos 60 (sessenta) dias a população do Município de Fazenda Rio Grande está vivendo dias de verdadeiro terror. A cidade virou terra de ninguém por falta de autoridade local. E este momento de lástima e de medo dos fazendenses coincide precisamente com a substituição do antigo Delegado feita pela Secretaria de Estado da Segurança Pública por um capricho pessoal do titular da Pasta ou por alguém de sua confiança naquele órgão.

O Delegado substituído é morador na cidade e há anos atua na comunidade o qual foi substituído por alguém que nunca morou na cidade, não conhece os problemas das cidades e é omisso em relação à segurança pública na cidade e que sequer é Delegado de Carreira (o que pelo menos poderia ser uma desculpa para tal medida infeliz da Secretaria de Estado da Segurança Pública). Então uma pessoa com este currículo só poderia mesmo ter sido indicado pelo Secretário ou por alguém muito próximo dele.

O pior de tudo isto é o resultado: assaltos, mortes, furtos, vandalismo, e até mesmo os arrastões que atingiam o Rio de Janeiro, hoje é uma prática curriqueira na Fazenda Rio Grande, com marginais em grupo invadindo escolas, espancando os alunos e em seguida roubando os seus pertences. A comunidade está aterrorizada, os empresários se sentindo acuados, e até os bancários, em especial os do BANESTADO daquela cidade, trabalham com medo já que a visita de assaltantes naquele estabelecimento bancário é freqüente. E por último até a própria igreja fôra vítima dos marginais.

Enquanto o medo se espalha na cidade, a população aguarda as obras da cadeia pública da Fazenda Rio Grande que há dois anos já estão com os seus recursos assegurados no Orçamento do Estado, mas até agora nenhum sinal de que a mesma seja viabilizada. Então fica a pergunta ao Secretário de Segurança - não seria mais importante no momento a construção da cadeia pública da Fazenda Rio Grande do que esta brincadeira de mau gosto de ficar trocando delegados? Quem quer ouvir a resposta do Secretário de Segurança é a população da Fazenda Rio Grande que não

suporta mais viver neste clima de violência que impera na cidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 122/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Esta lei estabelece normas de prevenção das doenças e critérios da saúde dos trabalhadores das esferas pública e privada do Estado do Paraná, com a finalidade de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R..

Art. 2º - Define-se como Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. as afecções que acometem os tendões, sinóvias, músculos, nervos, fâcias, ligamentos, isolada ou associadamente, com ou sem degeneração de tecidos, atingindo principalmente, porém não somente, os membros superiores, região escapular, pescoço e coluna vertebral. São provocadas por atividades nos processos de trabalho, assim como de sua organização, que exigem do trabalhador, de forma combinada ou não de:

- a) utilização repetitiva, continuada e forçada de grupos musculares;
- b) manutenção de posturas inadequadas;
- c) tensão psicológica decorrente do ritmo, intensidade, duração da jornada ou mecanismos de controle do trabalho;
- d) fatores relacionados aos postos de trabalho, aos equipamentos e às condições de trabalho que limitam a autonomia dos trabalhadores sobre os movimentos do próprio corpo e reduzem sua criatividade e liberdade de expressão.

Art. 3º - O Sistema Único de Saúde através dos Programas de Saúde do Trabalhador aplicará em suas atividades de fiscalização os seguintes critérios técnicos:

- I - de procedimento de diagnóstico, tratamento e condutas das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. - Normas Técnicas para Avaliação de Capacidade - MPS/INSS, 1993;
- II - de organização do trabalho, seguir os procedimentos da NR 17 - ERGONOMIA - Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis de Trabalho, Portaria 3.214 de 05/06/78;
- III - de prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. - baseada na adoção obrigatória das seguintes medidas:

- a) garantia de informação aos trabalhadores sobre os riscos a que estão submetidos em função das condições de trabalho, assim como sobre as medidas adotadas pela empresa para evitar agravos à sua saúde;
- b) estabelecimento de pausas e limitações de tempo de trabalho e determinados postos que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. garantidas às pausas de 10 (dez) minutos para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, com jornada de trabalho de 6 (seis) horas, sendo as pausas computadas como tempo trabalhado;
- c) determinação de alterações nos processos e organização do trabalho, de modo que permita o enriquecimento e alternância das tarefas, bem como o controle do ritmo de trabalho pelo trabalhador que o executa, visando a redução das pressões e tensões do trabalho;
- d) adequação de máquinas, mobiliários, dispositivos, equipamentos e ferramentas de trabalho às características dos trabalhadores, de modo a reduzir a intensidade dos esforços aplicados a corrigir posturas desfavoráveis na realização de movimentos repetitivos;
- e) adequação do ambiente de trabalho em relação a temperatura e aos níveis de ruído e iluminação garantindo o bem estar dos trabalhadores;
- f) estabelecimento de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores com avaliações periódicas das condições e organização do trabalho;
- g) estabelecimento de procedimentos de rotina de exames clínicos periódicos especiais incluindo os de retorno ao trabalho após licença médica superior a 15 (quinze) dias e no momento da demissão.

Art. 4º - Os casos de Lesões por Esforços Repetitivos -

L.E.R., mesmo os suspeitos, deverão ser notificados, por qualquer empresa, pessoa, órgão ou entidade, aos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde, que tomarão as providências necessárias.

Art. 5º - O descumprimento do estabelecido por esta lei acarretará as penalidades seguintes:

I - advertência;

II multa diária de 1 (uma) a 1.000 (mil) UFIR's;

III - suspensão temporária das atividades em caso de reincidência ou risco grave à saúde.

Art. 6º - O Sistema Único de Saúde, através dos Programas de Saúde do Trabalhador, fiscalizará o cumprimento e aplicará as penalidades previstas na legislação vigente, especialmente as enumeradas no artigo 5º desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. é o nome que é utilizado para identificar um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões e membros superiores, provocadas pelo uso inadequado destas estruturas anatômicas, em consequência de traumas cumulativos, geralmente relacionadas com a atividade profissional, podem ocorrer em funcionários que executam tarefas com movimentos repetitivos, continuados, rápidos e/ou vigorosos, durante um longo período de tempo.

Observando-se o aumento de incidências dessas lesões nessas diversas atividades, compreende-se a importância da apresentação do presente projeto de lei que estabelece normas de prevenção dessas doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R., com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e consequentemente melhor qualidade de vida aos trabalhadores e maior produtividade nas empresas paranaenses.

Em função do elevado teor social deste projeto de lei, solicitamos especial atenção dos nobres Pares desta Casa no sentido de viabilizar a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 123/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 11.419 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Educacional Renascer, com sede e foro na Comarca de Cambé."

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional Renascer tem sua sede na Comarca de Cambé, conforme comprova o documento "Cadastro de Entidades Filantrópicas" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. No entanto, por lapso, o projeto que deu causa à Lei nº 11.419, colocou como sede a Comarca de Londrina. Portanto, para sanar o citado lapso, este Deputado apresenta a presente emenda.

PROJETO DE LEI Nº 124/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação da Promoção Humana e Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.97.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Treinamentos com teoria, prática na Cozinha Escola da Pastoral da Criança com a 3ª idade (120 idosos).

Torragem de farelos, pão, bolos, bolachas, macarrão enriquecido, sucos e caldos naturais, comprimidos da casca do ovo, pós verde e de sementes, intercâmbio de mudas e coleta de plantas medicinais através de multirões, montagem de receitas, vídeos educativos.

Fornecimento dos produtos adequados através de doações pelos moinhos de trigo e arroz.

Com as Escolas PEART e Ensino Supletivo (alfabetização para adultos e bóias-frias).

Idem o que foi realizado com a 3ª idade e treinamentos de cozinha alternativa, palestras educativas sobre fumo, álcool, drogas e AIDS, ações básicas de saúde...

Promoção Humana com grupo de 55 famílias carentes que recebem a cesta básica mensal da comunidade, grupo da cidadania, e Pastoral da Criança.

Realizamos com eles todas as atividades citadas acima e roça comunitária nos terrenos baldios urbanos, onde 70% deste grupo participa no preparo do solo, plantio, colheita e partilha, formação integral todo 4º sábado do mês ao entregar a cesta.

Também com a Pastoral da Criança através das líderes comunitárias é realizada a pesagem com crianças de 0 a 6 anos, para acompanhar o desenvolvimento no caso de problemas.

É encaminhado aos órgãos competentes. Ações básicas de saúde como: alimentação alternativas e remédio caseiro com teoria prática, soro caseiro, leite materno, vacinação, prevenção de acidentes, combate a desnutrição e infecção respiratória...

Formações de Clubes de Mães para confecção de artesanatos como: tapetes, sacolas, pano de prato, bichos de pano, colchas, etc. São vendidos e partilhados entre os próprios grupos.

Feira comunitária: são realizadas campanhas na comunidade, de roupas, calçados, móveis, utensílios domésticos, etc. É vendido para os menos favorecidos por um preço simbólico. O pequeno lucro compra-se roupas confeccionadas em atacado e promoções e novamente vendidas a baixo custo. O objetivo desta feira é dar condições aos menos favorecidos para que possam comprar e não receberem de graça assim sendo crescer com o trabalho, se valorizando, através desta alternativa, de enfrentamento a pobreza, não ficar mais dependendo só dos que tem mais. Também é vendido a baixo custo os produtos para uma melhor qualidade de vida como: farelos, pó verde e casca de ovo, mel, remédios caseiros, etc. Nas escolas e creches foram realizados treinamentos com as merendeiras e mães e fornecidos os produtos, através da compra de merenda escolar, para reforço da merenda através das próprias escolas e creches.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Nessa próxima quarta-feira, o Sindicato dos Policiais Cíveis do Paraná, estará reunido para discussão de questões de interesse da categoria. A principal discussão que será travada neste dia, pelos Policiais Cíveis, será a que diz respeito à implantação do plano de cargos e salários na Instituição.

Todos nós recebemos do SINCLAPOL, um expediente, aonde eles colocam de maneira muito clara, os compromissos do Governador Jaime Lerner, com a categoria, por ocasião das eleições para o Governo do Estado, e nos meses que se seguiram à vitória do atual grupo que comanda o nosso Estado. Eu, como todos sabem, sou oriundo da Polícia Civil, sou Delegado de Carreira, faço parte da Instituição, e por isso mesmo, estou permanentemente ligado a todas as discussões que são travadas no seio da Polícia Civil do Paraná. E sei, realmente, que a Polícia Civil, como um todo, apoiou fechadamente - se é que podemos usar essa expressão - o atual governo.

O Governador Jaime Lerner, então candidato ao Go-

verno do Estado, recebeu apoio maciço da Classe dos Policiais Civis do Paraná, Deputado Luiz Accorsi, exatamente porque o outro candidato era o Álvaro Dias - que para o funcionalismo, na época, não era um bom candidato, porque o Álvaro acabou governando o Paraná no pior período da economia deste País, quando tínhamos inflação de 82%, greves uma em cima da outra. Então, ele acabou levando a pecha de um Governador que não fez muita coisa pelo funcionalismo. E como ele era o anti-candidato, o candidato de oposição ao então Governador Jaime Lerner, não precisa fazer um esforço muito grande para poder entender o porquê que o funcionalismo como um todo, na sua grande maioria, e a Polícia Civil compõe, faz parte desse grupo, e acabou apoiando a candidatura vitoriosa de Jaime Lerner.

Por isso, é que a Polícia Civil espera muito do Governador Jaime Lerner, e sei dos seus compromissos com a categoria, só que dois anos se passaram, e nada dos compromissos assumidos, empenhados pelo Governador com a categoria, foi resgatado. Por outro lado, a Polícia Militar, que ao lado da Polícia Civil constitui a segurança pública do Estado, acabou, de alguma maneira, sendo contemplada pelo atual governo. O que foi justo, positivo, e nós aplaudimos, acabou criando um outro problema, porque as polícias elas têm que caminhar juntas e fica muito difícil, uma polícia, exigir-se de uma polícia eficiência, probidade, operacionalidade, empenho, enquanto benefícios ou os compromissos são apenas resgatados em relação a outra polícia. Então a Polícia Civil na quarta-feira vai estar reunida, numa espécie de uma assembleia para inclusive discutir se entra ou não em greve. As informações que trago de lá de dentro são todas na direção da greve, no indicativo de uma greve. Evidentemente, o que a Polícia Civil quer é que o Governador do Estado encaminhe para a Assembleia Legislativa, envie para esta Casa a exemplo das Mensagens que aqui chegaram na semana passada, uma Mensagem implantando o plano de cargos e salários.

Para concluir Excelência. Então quero fazer um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, que é o nosso Líder do Governo nesta Casa, para que gestione junto ao Governador Jaime Lerner, junto ao Secretário Giovanni Gionedes, em cuja Pasta segundo consta, encontra-se o esboço deste plano de cargos e salários que a Secretaria da Administração teria elaborado e enviado à análise do Governador para que Suas Excelências possam o mais rápido possível remeter a esta Casa, para análise e discussão também esse plano de cargos e salários.

Com isso o Governador Lerner estaria resgatando o compromisso assumido com a Instituição, e por outro lado esta Casa, ao aprovar este plano de cargos e salários, estaria também dando, uma atenção objetiva a uma das Instituições mais importantes da Administração Pública do Estado que é a Instituição Policial Civil.

Temos assistido pela televisão sobretudo, mas pela imprensa de um modo geral, os diferentes comentários a respeito da criminalidade, da violência, da impunidade e toda vez Deputado Neivo Beraldin que se coloca essa questão da criminalidade como um todo, se resgata a questão do aparelho estatal de repressão ou prevenção aos crimes e as contravenções, e a Polícia Civil é um dos instrumentos de maior importância dessa política de combate a criminalidade. Não dá para você falar em eficiência policial em operacionalidade, em competência dos agentes policiais civis, sem você falar evidentemente num justo plano de cargos e salários, sem você falar de política de pessoal que estimule o servidor, que o motive a desempenhar cada vez mais na execução, naquela tarefa maior que é a de nos dar segurança.

Portanto, é de fundamental importância, que o governo, se realmente existe o anteprojeto elaborado pela Secretaria de Administração e Fazenda. Se existe esse anteprojeto, instituir o plano de cargos e salários, já que o compromisso quero reafirmar aqui, o compromisso do Governador Lerner existe com a Polícia Civil que envie para esta Casa, é este o apelo que faço ao Líder do Governo Valdir Rossoni, bem como esta Casa o mais rápido possível esse plano de cargos e salários, para que possamos aqui aprimorar melhorá-lo, aprová-lo com urgência que ele exige e darmos então à Polícia Civil o esperado, o tão sonhado, o comentado e prometido plano de cargos e salários da Instituição Policial Civil do

Paraná.

Por isso estaremos dando um avanço significativo, resgatando uma dívida de algum tempo com essa Instituição. E dando aos Policiais Civis das diferentes categorias, todas as classes de policiais civis um plano de carreira, um plano de cargos e salários compatíveis com as suas atribuições e com as exigências dos dias inseguros, como nós vivemos nos dias de hoje aqui no Paraná. E com isso Deputado Neivo Beraldin, esta Casa poderá dar a sua contribuição efetiva e resgatar uma dívida antiga, com a classe da Polícia Civil do Paraná. É esse o apelo que faço nesta tarde ao Líder do Governo Valdir Rossoni, que em nome desta Casa, leve ao Governador este nosso apelo para que com isto então, no próximo dia 02/04 possamos evitar quem sabe uma deflagração de uma greve por parte da Polícia Civil, que se ocorrer será justa, mas os reflexos serão altamente preocupantes em relação a qualidade da segurança da nossa população.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente não me inscrevi, mas aproveito a oportunidade para solicitar a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 390/96.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa aguarda o requerimento de Vossa Excelência. Na sequência o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Quero agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Vou usar esse espaço para registrar a presença dos amigos de Capitão Leonidas Marques, Ivar Barea, Vereador, José Odair Campigatto, Vilmar Valmini também ex-Vereador de Cascavel Presidente em Lindoeste, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Tenho o prazer muito grande de registrar aqui a presença do meu filho André que nos prestigia e é uma honra para todos nós. Como dizia um gaúcho - é tão trabalhador um menino de fé e coragem que saiu igualzinho ao pai.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicito ao Deputado Duffio Genari que possa assumir a Presidência, enquanto faço uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Duffio Genari) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para dizer que neste final de semana, sexta-feira última, estive no Município de Colombo, acompanhado com a Prefeita eleita de Colombo Izabete Pavin, o vice-Prefeito, Secretário de Agricultura e outros membros da comunidade, visitamos a exploração das águas subterrâneas do Município de Colombo. Fomos "in loco" para ver uma situação preocupante, já algum tempo por parte daquela comunidade. Algum tempo vem nos convocando para verificarmos as obras que a SANEPAR vem fazendo naquele município. Famílias preocupadas, casas com enormes rachaduras, grande dano no solo e uma preocupação sem sombra de dúvida que merece a atenção desta Casa de Leis. Sabemos que toda a obra que tenha uma natureza ambiental, que sofra a sua obra um impacto ambiental, terá que ter a garantia na Constituição Federal. No entanto este projeto em Colombo não tem ainda o rima pronto e a obra está semi-pronta. Ela está pronta para servir a população de Curitiba e da grande região, enquanto a população de Colombo, falta água nas suas casas. Aquela população que há 100 anos lá vivem e que têm esta água praticamente pura, hoje se vê numa situação difícil, dependendo da SANEPAR instalar uma torneira na sua casa, cobrando, a SANEPAR, cento e dez reais para colocar uma torneira. Aquela população que sempre teve uma água para servir a sua gente, para tratar a sua agricultura se vê hoje, numa situação bastante difícil. Fizemos algumas fotos para que os Srs. Deputados possam conhecer a gravidade do problema. Fonte que secou, da Sra. Inês Poli, uma se-

nhora de 94 anos que dizia que esta fonte era cobijada por toda aquela população. E hoje está simplesmente seca, sem água. Secou, também: pinheiro, araucária - próximo da ponte. Também os moradores dizem que nos próximos anos, segundo informações de alguns técnicos, estarão secas todas as árvores e todos os pinheiros nativos naquela região. Aqui tem a foto de uma roda d'água que funcionava há mais de 50 anos, um patrimônio da comunidade, seca. Rachadura na casa do senhor Pedro Strapasson. Quer dizer, um cidadão que vai à noite dormir na sua casa, uma residência antiga da sua família, que lá vive há muitos anos - família tradicional, acorda, pela manhã, e encontra sua casa com dezenas de rachaduras inclusive com preocupação de permanecer na casa.

O Pedro Strapasson, Deputado Caíto, é um cidadão que mora em Colombo, inclusive pertence à família do ex-Prefeito Strapasson, é da Região do Bacaitava, uma região que produz hortifrutigranjeiros. Aliás, a que mais produz no Estado do Paraná. Simplesmente é essa a situação que enfrentam os moradores do Município de Colombo.

Não vou mostrar todas as fotos, apenas quero chamar a atenção dos senhores para o assunto grave que tem o Município de Colombo. Enquanto alguns, da SANEPAR me falavam: - nós temos preocupação em levar a água para Curitiba e para a grande Curitiba. Fico a perguntar - porque não fazemos esse projeto, dar continuidade a esse projeto com um tratamento melhor por parte da SANEPAR. Enquanto a SANEPAR quer explorar esta água em regime de urgência, enquanto a SANEPAR imprime um ritmo de trabalho sábado, domingo e feriado, dia e noite, para concluir essa obra, ela se descuida das invasões que estão acontecendo no Município de Piraquara.

Essa é uma questão importante, uma questão que devemos tratar com muito cuidado e eu chamo a atenção dos Srs. Deputados. Lá as famílias estão extremamente preocupadas, lá as famílias estão sem água, lá as famílias precisam de uma atenção dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duffio Genari) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente queria que ficasse registrado nos anais da Casa, a presença muito honrada para todos nós, das professoras Ermina Soares, Eva Maria Maroski e Geraldina Martinhuki que são professoras da APAE do Município de Rio Azul. Acompanhadas, evidentemente, pelo assistente de imprensa. Meu amigo particular Laércio Silveira, e que estão nesse ambiente acompanhados pelo Secretário Romanelli, o Zazá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada, eu fiz um rápido comentário a respeito da segurança pública no Município de Irati e na região de Irati. Deixei como um alerta, a minha preocupação no que diz respeito a roubos, furtos, assaltos e tantas outras atividades criminosas que vem ocorrendo dentro do Município de Irati e na nossa região, mas muito especialmente no Município de Irati.

E nesta quinta-feira Santa, aliás antes de eu falar do que ocorreu na quinta-feira Santa, eu queria mais uma vez deixar que fique registrado aqui. Durante este ano já foram furtados lá no Município de Irati, 2 caminhões, 2 camionete, 5 carros pequenos, inclusive, um carro do Detran e um outro carro na Prefeitura Municipal de Irati. Além de outros pequenos furtos que ocorrem quase que diariamente, na calada da noite no nosso município. Arrombamentos e assaltos a residências, pequenos roubos, pequenos furtos, é de assustar a qualquer cidadão que lá mora, que lá vive.

Para se ter uma idéia, no Colégio Florestal, o único Colégio Florestal da América Latina, a nível de 2º grau, aconteceu agora nessas últimas noites, o 4º arrombamento. E, é claro que a nossa população está extremamente chocada com o que vem ocorrendo lá.

Mas o que chamou a atenção da imprensa do Paraná, o que chamou a atenção da Segurança Pública do nosso Estado e da Polícia Militar, foi exatamente o que ocorreu na quinta-feira Santa.

Dois militares saíram de serviço de rotina, fazer as

suas rondas, percorrendo as ruas, os bairros de nossa cidade, nos locais aonde sempre há indícios de elementos perigosos, de roubos, assaltos, tráfico de drogas, e assim por diante.

E, por volta de 1 hora e 50 minutos, os dois militares foram brutalmente assassinados. Um deles, ao redor do carro, e outros numa distância de 3 ou 4 metros. Dois militares perderam suas vidas por marginais, por elementos ainda totalmente desconhecidos da Polícia Civil e também da Polícia Militar.

Eu já alertava na semana passada da minha preocupação com relação à segurança do nosso Município. Com licença, V.Exa. para adentrar se preciso for alguns minutos no horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido, ilustre Deputado.

O SR. TOTI COLAÇO - Esses dois militares, Srs. Deputados, cumprindo o seu dever, saíram a serviço por volta de 1 hora e 40 minutos, da Companhia da Polícia Militar, 15 minutos após foram encontrados mortos ao redor do veículo da Polícia Militar.

Quem fez? Quem praticou esse homicídio? Ninguém sabe até o presente momento, não há nenhuma pista, não há nenhum preso ainda, ou detido que pudesse desvendar mais esses dois homicídios que ocorreram dentro de Irati.

Esta é o segundo, é o quarto homicídio que ocorre sem nenhuma solução para os quatro homicídios que ocorreram agora nesses últimos dois meses.

Mantive contacto há poucos instantes com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Candido Martins de Oliveira, e recebi do Secretário, a certeza de que ele está tomando, vai tomar medidas urgentes para o que vem ocorrendo dentro de Irati. Assegurava-me Dr. Candido, há poucos instantes, que está designando uma equipe de detetives e de delegados especiais para acompanhar principalmente esses dois homicídios, onde dois militares perderam suas vidas inexplicavelmente para a tristeza nossa e para tristeza principalmente da Polícia Militar do Estado do Paraná porque perderam 02 soldados da mais alta confiabilidade, honestidade, honradez dos seus quadros. A nossa sociedade está chocada, o povo do Sul do Paraná e de Irati estão extremamente chocados.

Eu, é claro fiquei extremamente contente com a decisão do Secretário da Segurança Pública, pelo fato de ele me afirmar de que está mandando para lá equipes especializadas para desvendar principalmente esses 2 homicídios que ocorreram na quinta-feira Santa e que mais uma vez a nossa sociedade está chocada com o que vem ocorrendo dentro de Irati.

Então, fica, portanto, aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez registrado esta minha preocupação com a segurança de Irati dentro da nossa Região. E se não forem tomadas medidas urgentes, Depuado José Tavares, logo, logo, estarei aqui desta tribuna trazendo notícias não muito animadoras com relação a segurança da minha região. Era isso, Sr. Presidente, Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, antes de passarmos ao Grande Expediente é com satisfação que anunciamos em nosso meio a presença do ex-Vereador de Ponta Grossa, Sebastião Itamar Borba Carneiro acompanhado de sua progenitora e sua filha, bem como do Presidente da FETSPAR, Sindicalista Jesus que acompanha através das Comissões e do magnífico Reitor-Presidente da PIESP-Meri, o Quadro de Carreiras e o Projeto do Nível Superior que tramita nesta Casa.

Concedo a palavra no Grande Expediente ao ilustre Deputado Carlos Simões. (Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PTB, PPB, PDT (todos declinam).

PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três assuntos, rapidamente, vamos comentar na tarde de hoje.

O primeiro deles diz respeito aos interesses dos Srs. Deputados, na semana passada nós estivemos aqui na tribuna alertando aos Srs. Deputados da necessidade de que viessemos a aderir ao Fundo de Assistência Parlamentar da União Nacional dos Legislativos Estaduais. E nesse sentido endereçamos aos gabinetes parlamentares cópia do Boletim nº 01, do Boletim nº 02 e uma proposta de termo de adesão e isto é para ficar sacramentado e regulamentado, no caso da morte de um dos Senhores Deputados, um de nós ou qualquer, um dos mil e poucos Deputados Estaduais do Brasil, que através desse Fundo de Assistência Parlamentar existirá, evidentemente, o pagamento de um benefício aos beneficiários daquele Parlamentar que vier a falecer. Isto já existe há muitos anos, desde que a UPI foi instituída e como a UPI agora foi extinta e em seu lugar surgiu a União Nacional dos Legislativos Estaduais, nós estamos aguardando a manifestação dos Srs. Deputados, porque ninguém quer que isso aconteça com ninguém, mas caso venha a acontecer para que todos estejam protegidos. Deputado José Tavares e o Deputado César Seleme nos procuraram a exemplo do Toti Colaço para prestar maiores esclarecimentos e para nos entregar o termo de adesão ao Fundo de Assistência Parlamentar.

Então, gostaria de mais uma vez alertar aos Srs. Deputados, porque depois não adianta, como se diz: "Não adianta chorar sobre o leite derramado".

Outro assunto, juntamente com a Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, nós temos desenvolvido na Assembléia uma série de reuniões aqui nesta Casa e nas dependências de OCEPAR com vistas a encontrarmos um caminho para a implantação no Estado do Paraná do Seguro Agrícola.

Na semana passada tivemos reunião aqui na Assembléia e ficou entendido que iríamos até o Secretário Hermas Brandão para dentro daquilo que estabelece a Lei Agrícola que esta Casa votou alguns anos atrás onde lá está inserido o Conselho de Desenvolvimento Rural e de Política Agrícola, para que dentro deste Conselho, dentro da Secretaria de Agricultura seja instituída a Câmara Setorial do Seguro Agrícola, para que nós em momento algum deixemos de discutir este tema que é da maior importância para o Paraná. Neste sentido, o Secretário Hermas Brandão agendou para amanhã às 11:00 hs. uma reunião com os Srs. Deputados e demais integrantes desta Comissão de Estudos com vista à elaboração e implementação do Seguro Agrícola no Paraná e neste sentido, nós estamos convidando e convocando os Srs. Deputados para que amanhã às 11:00hs. no Gabinete do Secretário Hermas Brandão possamos levar a manifestação desta Assembléia, com vistas à criação da Câmara Setorial do Seguro Agrícola, junto à Secretaria da Agricultura dentro daquilo que estabelece a Lei Agrícola Estadual.

O terceiro assunto que nós gostaríamos de comentar na tarde de hoje, vem em somatória à manifestação do Deputado Neivo Beraldin, a respeito do que está acontecendo no Município de Colombo, do que já está acontecendo também no Município de Almirante Tamandaré, em função da questão ligada ao setor de abastecimento de água, a falta de água em alguns setores e principalmente a preocupação de alguns moradores principalmente de Colombo que vem denunciando pela imprensa, vem denunciando diretamente a nós Parlamentares, que é o aproveitamento da água do sub-solo. A água existente naquilo que se chama Aquífero de Karsten que está sendo analisado, que já teve reuniões com pessoal da Universidade Federal do Paraná, o pessoal da SANEPAR, alguns estudiosos de fora vieram aí anunciando aos quatro ventos a importância de se utilizar a água do sub-solo, a água deste Aquífero de Karsten existe na nossa Região Metropolitana. No entanto as notícias que tenho lido nos jornais, as informações que tenho recebido de alguns companheiros do Município de Colombo, a manifestação hoje do Deputado Neivo Beraldin pronunciando-se e mostrando inclusive fotografias de problemas lá existentes faz com que todos nós tenhamos que nos preocupar com isto, porque até onde nós sabemos, a exploração deste Aquífero, desta água do sub-solo em substituição ao aproveitamento da água de superfície está levando a uma série de conse-

quências de rebaixamento do solo pela sua acomodação natural e até em função da baixa pressão que existiria dentro deste Aquífero, ao se retirar a água evidentemente a pressão lá diminui, os espaços deixam de ser ocupados e a nova acomodação do solo está provocando já desabamentos de residências, rachaduras em outra residência e em rodovias inclusive. Por esta razão é que entendo da maior importância a preocupação do Deputado Neivo, no sentido de nós discutirmos este tema aqui na Assembléia, para que possamos junto com a Universidade Federal do Paraná, junto com o Instituto Ambiental do Paraná, junto com a SANEPAR, junto com as autoridades constituídas, irmos em busca das informações necessárias e verdadeiras quanto às consequências benéficas e maléficas, no aproveitamento da água do sub-solo na Região Metropolitana de Curitiba. É uma preocupação que temos, porque até onde sabemos, nenhum relatório de impacto ambiental se fez até o presente momento, para saber as consequências prejudiciais que haveria na exploração em demasia desta Aquífero de Karsten, portanto fazendo este registro me somo a manifestação do Deputado Neivo Beraldin e iremos nos próximos dias sem sombra de dúvidas nos ocupar de um estudo mais aprofundado nesta questão, para que possamos dar aos nossos amigos de Colombo e Região Metropolitana uma tranquilidade, com referência à exploração desta água de sub-solo e se realmente devemos partir para este caminho ou se ainda nos restam alternativas, quanto ao aproveitamento das águas de superfície.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra: PDT, PSDB, (Declinam) PT. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna nesta tarde em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para comunicar ao Plenário e à sociedade paranaense dois assuntos de maior extrema relevância e importância que temos trazido aqui já há vários dias. O primeiro deles se refere a um contrato feito entre a COPEL e a Empresa INEPAR sem licitação, num valor aproximado de 15 milhões de reais. Nós denunciemos este contrato como ilegal, favorecendo, inclusive, uma empresa que como todos sabem financiou a campanha do Governador Jaime Lerner, assim como também está envolvida em Santa Catarina, foi uma das principais financiadoras da campanha do Governador Paulo Afonso e nós denunciemos este favorecimento ilícito ao nosso ver, não tivemos informações, tivemos um pedido de informação rejeitado por esta Casa semana passada, mas felizmente o Deputado Romanelli entrou com uma representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e estivemos acompanhando a semana passada uma Sessão do Tribunal de Contas sobre este tema e infelizmente, em função do Pedido de Vistas de um dos Conselheiros do Tribunal deverá ser votado esta semana e temos convicção plena, certeza que o Tribunal de Contas dará uma posição favorável ao nosso pleito, anulando este contrato completamente ilícito, que fere as regras principais, fundamentais, as regras básicas do estado de direito e do direito administrativo, conforme a Constituição brasileira. Confiamos que assim acontecerá e poderemos com mais condições, então, provar à sociedade paranaense que há toda uma identidade de interesses entre a coisa pública e empresas particulares neste governo.

O segundo assunto diz respeito a Comissão Parlamentar de Inquérito que estamos propondo através do Deputado Angelo Vanhoni e Lideranças do PMDB nesta Casa, vários pronunciamentos já fez o Deputado Angelo Vanhoni e nós estamos distribuindo o jornal, num número de 150 mil exemplares por todo o Paraná, para mostrar este vínculo muito forte que parece cada vez mais existir entre o Banestado e a CPI dos Precatórios.

O Sr. Angelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Só gostaria de fazer um breve aparte, quando V.Exa. se refere à matéria que está sendo julgada no Tribunal de Contas, referente a construção da subestação da empresa COPEL na Cidade de São José dos Pinhais. Este foi um pe-

dido feito pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli da obra e uma coisa é muito estranha nesta obra, porque a justificativa e V.Exa. estava, o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Cezar Silvestri estava quando o Dr. Ingo Hubert veio aqui na Assembléia e na sala do Deputado Valdir Rossoni teceu algumas considerações, a respeito deste contrato firmado com uma empresa, a empresa INEPAR aqui do Estado do Paraná, dispensando a Lei 866 que trata das licitações públicas. O valor desta obra, todos sabemos é mais de 14 milhões de reais e esta subestação é uma obra que dá para alimentar de energia, quase uma cidade como Foz do Iguaçu inteira. Mas veja a argumentação que é dada pelos técnicos do governo, veja como não se justifica, é difícil que ela ganhe sustentação do ponto de vista jurídico: o governo do Estado em nome do interesse público fez um convênio com uma empresa multinacional, com a empresa Renault, para trazer uma fábrica aqui para o Estado do Paraná; não vamos entrar no mérito, se nós, a população, se a Assembléia sabe deste convênio, os detalhes ou não, mas esta fábrica tem objetivo de vir para cá, para gerar emprego, para gerar riqueza. Então o Governo do Estado fez todo o possível, inclusive dispensa de pagamento de tributos, dilatação de prazos e todas as responsabilidades para esta empresa. E dentro deste acordo estava previsto um cronograma de instalação da empresa, isto é, a empresa começa a funcionar no mês de novembro de 1998. Mas vamos supor o seguinte, descobriram que precisam fazer uma subestação da COPEL, ora, para fazer a subestação da COPEL se for seguir o prazo de licitação, como ele é, em média um ano, porque todo o processo licitatório é um processo demorado, nós não vamos conseguir fazer a licitação em tempo hábil. Logo, vamos precisar dispensar a licitação para atender a construção da fábrica Renault. O Governo do Estado, o Poder Executivo, acredita que está agindo em nome do interesse público! Mas veja bem, Sr. Deputado, em nome do interesse público ou em nome do interesse particular? Está claro que em nome do interesse particular, quer dizer em nome do interesse da fábrica Renault, porque não há em lugar nenhum alguma coisa dizendo que a Renault possa existir dali a 6 meses, ou a 8 meses. Isto é, que ele espera o prazo de construção da subestação, obedecendo a legislação, para depois ela inaugurar a sua fábrica aqui em Curitiba. Não será por causa de 8 meses que a fábrica Renault deixará de se instalar no território nacional, muito menos no Paraná, com todas as vantagens que já teve.

Então acho que a linha de argumentação que o governo utiliza não vai justificar, porque nós não podemos rasgar uma legislação, que é a Lei 866, votada no Congresso Nacional, que preserva os interesses do conjunto da cidadania, do conjunto da ótica, no Estado do Paraná, para atender, na realidade, única e exclusivamente o interesse de uma empresa, seja ela qual for, no caso a empresa Renault.

Por isso acho que V.Exa. aborda corretamente este problema. Espero que os Conselheiros do Tribunal de Contas anulem este contrato e decidam pela abertura do processo licitatório o mais rápido possível.

Para nós, do Paraná, interessa o seguinte: que a empresa Renault venha se instalar aqui, mas não ao arrepio da legislação da forma como está vindo a se constituir no Estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado Deputado Vanhoni.

Na verdade o argumento do governo não se sustenta, nem juridicamente nem tecnicamente e muito menos politicamente.

Do ponto de vista jurídico trai todo o princípio, da isonomia entre os concorrentes.

Do ponto de vista técnico, vale o mesmo argumento que já utilizamos, à exaustão, sobre o canal extravasor, o ano passado.

Ora, uma obra deste tipo pode ser feita em mais ou menos tempo, dependendo do cronograma, se colocarmos mais técnicos, mais empresas podemos reduzir o tempo. Ao invés de reduzir o tempo excluindo a licitação reduz-se o tempo da obra contratando mais gente, isto é muito simples e foi questionado pelos representantes do Tribunal de Contas também, Deputado Vanhoni.

A questão política é mais absurda ainda, porque, pelo

que vimos o acordo com a Renault se fez em junho de 96, se o governo refixasse um ano para fazer a subestação ela precisaria estar pronta em junho de 97, no entanto, o contrato com a empresa foi feito em janeiro de 97 e portanto ficará pronta só, no mínimo, em 98. Assim sendo cai por terra também do argumento político do governo que foi obrigado a fazer a obra com urgência, para não perder a vinda da Renault para a região metropolitana de Curitiba.

Isso é um absurdo, na verdade este governo trai o estado de direito.

Interessantes, Srs. Deputados, eu estava lendo um artigo este final de semana, do nosso grande teórico intelectual, dentro do nosso Partido, ex-Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, e ele escrevendo um ensaio na revista, Teoria e Debate, diz o seguinte: "É uma época que, pela velocidade das transformações, não só se torna estranha ao direito que a rege". Tarso Genro diz que a nossa época acaba se transformando estranha ao direito que a rege. E diz mais: - "Inclusive nos países capitalistas desenvolvidos o estado de direito tradicional já tem dificuldades para corresponder as condições necessárias para uma denominação consensualizada. O capital financeiro que tutela a 3ª revolução científica-tecnológica, apoiado nas grandes corporações transacionais, precisa de, cada vez mais, agilidade e rapidez para fluir, condições já quase insuportáveis pela super estrutura jurídica".

O Governo Lerner é um exemplo clássico que poderia entrar como estudo, é um governo que desrespeita os mais elementares princípios do estado de direito, desrespeita o artigo 5º da Constituição Brasileira, quando impede o acesso de informação não só ao cidadão paranaense, mas inclusive aos Deputados que têm o mandato coletivo. Com desrespeito a Lei de Licitações, fazendo contrato de 15 milhões de reais com uma empresa que financiou sua campanha sem licitação.

E para concluir, basta ver o que está acontecendo com o Banestado, era o assunto que eu estava me referindo, Senhor Presidente. São 150 mil jornais do Partido dos Trabalhadores que serão colocados em todo o Estado do Paraná, por que a única forma de expressão que temos, infelizmente a imprensa paranaense não está dando o valor que merece, essa denúncia séria, gravíssima com relação ao Banestado. Tivemos aqui inclusive uma sessão secreta, mas achamos que o Paraná tem que fiscalizar o que acontece com o Banestado que é o seu Banco, Banco que todos nós amamos e respeitamos - é um dos maiores patrimônios deste Estado - mas para isso é importante que nós possamos impedir o tipo de atitude que seus diretores estão fazendo dilapidando o patrimônio do Banco. Por isso, nós temos a obrigação moral e dever, de pedir e exigir dos Deputados do Estado do Paraná, que assinem o documento, para que possamos abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse Jornal nós vamos começar a divulgar o nome dos Senhores Parlamentares que já aderiram ao documento da Comissão de Inquérito, e pedimos aos demais que assim o façam porque se não, é um direito legítimo do povo do Paraná, que cobrem dos seus representantes, o motivo pelo qual os Deputados do Paraná não querem colocar sua assinatura, para que façamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito tão importante, no que diz respeito ao Banestado.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. necessita de apoio. Apoioado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoioado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoioado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Or-

dem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/95 de autoria do Deputado Toti Colaço que autoriza o Poder Executivo a instituir atendimento médico especial, gratuito, aos doadores contumazes de sangue, em casas hospitalares públicas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 129/95 de 04.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/95

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, chega autorizar o Poder Executivo a instituir atendimento médico especial gratuito, aos doadores contumazes de sangue, em casas hospitalares públicas.

Por tratar-se de projeto de lei autorizatório, não encontramos nenhum óbice à sua tramitação normal.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 389/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o atendimento médico especial, gratuito, aos doadores contumazes de sangue, em casas hospitalares públicas.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após análise da matéria, posicionou-se de forma favorável à sua tramitação.

Diante do elevado âmbito social e amplos benefícios ao setor da saúde pública, propostos no presente projeto, esta comissão, no que lhe cabe opinar, nada encontrou que obste a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.97.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/96 de autoria do Deputado Beto Richa que determina a divulgação de fotografias de crianças desaparecidas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 99/96, de 27.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 291/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Beto Richa determina a divulgação de fotografias de crianças desaparecidas.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental da referida matéria, manifestamos Favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/96 de autoria do Deputado Sérgio Spada que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº

126/96, de 21.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/96

A presente proposição é autorizatória.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, não encontramos qualquer óbice para que a mesma tenha sua tramitação normal nesta Casa de Leis.

O nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

Em Votação:

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Acredito que tenha um pedido do Deputado Sérgio Spada para retirada desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Há requerimento do Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento definitivo do presente Projeto de Lei nº 390/96.

Aprovado. Fica portanto, retirado e arquivado o projeto do ilustre Deputado Sérgio Spada.

Sobre a mesa Requerimento nº 517, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 497 e 498, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 499 e 500, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 501, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 503, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 504, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 505, de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 507 e 508, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 509 a 511 e 513 a 515, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 516, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 518, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 389/95, 291 e 445/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 175, 218, 353 e 388/95.

Levanta-se a sessão.